

# Faculdade de Educação da UnB: Da utopia ao projeto real

*Iria Brzezinski \**

*A utopia surgirá, em nome da liberdade e da soberania do homem, como um autêntico afrontamento do real*

Carvalho, 1994

*O projeto consagra um modo operatório e fluido de antecipação, a utopia decorre, diferentemente, de um modo imaginário racional*

Boutinet, 1990

O propósito deste artigo é apresentar um estudo sobre o projeto original de Faculdade de Educação - FE, aqui denominado utópico, porque afrontado em sua liberdade e autonomia pelo golpe militar, que instalou, em 1964, o regime de governo autoritário no país.

As referências teóricas para este trabalho são basicamente os resultados de duas pesquisas. Uma que foi realizada por mim e que trata dos movimentos sociais de educadores, fortalecidos na clandestinidade em pleno ao regime autoritário pós 64 e do curso de Pedagogia no Brasil, incluindo uma análise do projeto inicial de criação de FE da UnB como marco de mudanças ocorridas na universidade brasileira em relação agência formadora de profissionais da educação da época a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Outra, apresentada como dissertação de mestrado por Tereza Maria Cysneiros Cavalcante Menezes, que tem como objeto a Faculdade de

---

\* Doutora pela Universidade de São Paulo e Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Educação no período 85-86, mas que reconstitui a sua trajetória desde a criação até o período de interesse da pesquisadora.

### **O Projeto Utópico e a Conjuntura Nacional**

O intervalo 60-64 na história da Nação brasileira é marcado pela eficaz formação de profissionais técnicos, entre esses os da educação, objetivando atender o apelo do modelo desenvolvimentista, discutido com profundidade no artigo da professora Dirce Mendes da Fonseca.<sup>1</sup> Embora caiba discordância quanto à ideologia subjacente ao "modelo" de formação constituído como reflexo da política planejada do modelo econômico desenvolvimentista ambíguo<sup>2</sup> é preciso reconhecer que o treinamento de técnicos, em larga escala, foi muito eficiente aos propósitos do modelo econômico então imposto aos brasileiros. A adoção dessa política de treinamento em massa visava a preparar as forças produtivas para dinamizar a economia. Trata-se da etapa do capitalismo brasileiro dedicada aos investimentos em educação, alicerçados no ideário tecnicista. Esses investimentos deflagraram uma política de desenvolvimento de recursos humanos informada, notadamente, pelos aportes teóricos das Teorias do Capital Humano e da Modernização, com o intuito de moldar um homem comum mais qualificado. Neste momento, o homem transforma-se em personagem requisitado pelo modo de produção capitalista, marcado pela divisão social do trabalho, fragmentadora de tarefas.<sup>3</sup> Esse modo

---

<sup>1</sup> Consulte neste Dossiê FONSECA, Dirce Mendes da, A idéia da universidade de Brasília: uma análise do discurso, p. 15-30.

<sup>2</sup> O termo modelo ambíguo refere-se ao modelo de desenvolvimento conjugado, que se baseia em duas estratégias políticas de desenvolvimento: uma pelo favorecimento da expansão do capitalismo nacional, outra de aceleração da internacionalização do mercado interno (capitalismo associado). Essa ambigüidade é tratada em detalhes por IANNI, 1986.

<sup>3</sup> As análises efetuadas por estudiosos da Sociologia do Trabalho têm revelado que o grau de complexidade do trabalho e a necessidade de qualificação da força de trabalho desenvolvem-se separadamente. Todavia, nas circunstâncias em que se desenvolviam as relações entre educação e desenvolvimento, no período 60-64, houve uma estreita relação entre a complexificação das tarefas exigidas pela tecnologia transplantada dos países adiantados e a qualificação do trabalhador

de produção capitalista exige maior qualificação da mão-de-obra que vai ser usada muito mais para a produção do lucro do que para satisfação das necessidades humanas.

Por esta época, a idéia de planejamento econômico crescia rapidamente, articulada com a euforia desenvolvimentista. Cada vez mais, afirmava-se a idéia da estreita ligação entre educação e desenvolvimento. Essas idéias foram avolumando-se e passaram a orientar o programa de desenvolvimento juscelinista, consubstanciado no Plano de Metas, definido como "*o programa de fazer o Brasil progredir 50 anos em 5*" (Ribeiro, 1978, p.115). Havia chegado o momento de o Brasil trilhar atalhos para alcançar depressa o futuro, mediante a evolução por saltos, com o concurso da teoria de que cada sociedade deve beneficiar-se do progresso das outras.

A função quase exclusiva de preparar técnicos atribuída à educação, certamente, provocaria uma reação dos educadores. Para disfarçar, então, as concepções tecnicistas da meta educacional do Plano de Metas, os seus elaboradores insistiam em afirmar que a educação para o desenvolvimento não deveria ser puramente técnica, mas conter objetivo ético e conteúdo humanístico.

O disfarce, contudo, poderia ser dispensado, pois em futuro muito próximo, a teorização pedagógica do novo conceito de educação nacional, adotado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB<sup>4</sup> foi dominada pela concepção tecnicista. Elaborada muito mais por economistas do que por educadores e assentada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, a concepção tecnicista foi abafando o conceito de educação nacional inicialmente formulado e que se embasava no pressuposto de que:

"... educar para o desenvolvimento não é tanto transmitir conteúdos particulares de conhecimento, reduzir o ensino a determinadas matérias, sem restringir o saber exclusivamente a assuntos de natureza técnica; é, muito mais do que isto,

---

obtida na escola ou no próprio local de trabalho. Estas afirmações baseiam-se em PAIVA, V. e RATTNER, H. (1985), FRIGOTTTO, G. (1984) e SALM, C. (1980).

<sup>4</sup> O ISEB foi criado em 1955 no MEC para ser um centro permanente de altos estudos de nível pós-universitário, que suscitassem a compreensão crítica da realidade brasileira, a fim de suas indicações permitirem o incentivo e a promoção do desenvolvimento. Cf. CUNHA, 1983.

despertar no educando novo modo de pensar e de sentir a existência, em face das condições nacionais com que se defronta." (Pinto, 1960, p. 121)

À luz desse pressuposto, no início dos anos 60, os estudos empreendidos pelo ISEB sugeriam que cada indivíduo educado com o fim de promover o desenvolvimento deveria ter, na escola, a possibilidade de desenvolver o espírito crítico e, portanto, chegar a raciocinar sobre a sua existência e a necessidade da sua participação no progresso da nação, a partir da leitura crítica da realidade brasileira. Tais objetivos foram sendo substituídos pelo uso abusivo da técnica com a função explícita de conduzir o trabalho pedagógico a uma objetivação semelhante ao trabalho na fábrica. Assim, a escola passou a formar profissionais treinados, mediante "rações" de um saber fragmentado, com o objetivo de atingir cada vez mais a produtividade, ao mesmo tempo que lhes foi negada qualquer oportunidade de pensar, criticar ou criar. Houve, portanto, neste momento, uma supervalorização dos cursos que formavam apenas técnicos.

A educação, nesse contexto que conduzia o trabalho pedagógico a uma objetivação semelhante ao trabalho da fábrica, transforma-se com vistas ao objetivo de "treinamento". Nela são projetadas também as ambigüidades e contradições que, inerentes ao setor econômico, penetraram a ideologia nacionalista e a transnacional. Assim, se, por um lado, o processo educacional era tido como propulsor do desenvolvimento nacional com a "democratização" das oportunidades educacionais e com a melhor qualificação do homem comum, por outro, ele era instrumento indispensável ao processo de especialização exigido pelo capital transnacional. Nesse cenário, emerge o projeto das universidades que deveriam deixar de ser elitistas para tornarem-se o centro de formação de profissionais necessários ao desenvolvimento. Por contradição, o processo educacional dessas estava atravessado ideologicamente pelo caráter humanista assumido pelos participantes do ISEB.

É preciso salientar que a idéia de Faculdade de Educação da UnB em seu projeto original estava ancorada no pressuposto anteriormente enunciado e adotado pelo ISEB, em sua primeira fase, assim como nos objetivos por ele traçados e encharcados de conteúdo ético e humanístico. No entanto, o projeto de Faculdade de Educação,

que foi realmente implantado e que desvirtuou o projeto original, refletia em sua concepção, da mesma forma, a fase posterior do ISEB, já mencionada.

O caráter humanista, propiciador de formação de consciência, mediante o modo de pensar e de sentir a existência, constituía o estofado das posturas adotadas por determinados intelectuais iluminadores dos homens políticos, como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, entre outros. O primeiro, foi autor intelectual do Plano Trienal de Desenvolvimento 1963-65, que encontrou um clima político favorável criado pela Carta de Punta del Este, de agosto de 1961 (Ianni, 1986, p. 209). Esta carta, traduzia a convergência das preocupações políticas dos governos norte-americanos e latino-americanos diante dos acontecimentos precipitados pela revolução cubana de Fidel Castro, que implantou o socialismo.

O avanço do regime político soviético na América Latina rompeu a hegemonia norte-americana e acirrou conflitos da Guerra Fria entre os dois blocos detentores do poder econômico e político mundiais. Acuado pelas injunções políticas decorrentes da implantação do socialismo na ilha latino-americana, o governo dos Estados Unidos da América foi levado a comprometer-se com o desenvolvimento de políticas econômicas governamentais dirigidas aos países latino-americanos subdesenvolvidos. Este comprometimento desdobra-se em ações da Aliança para o Progresso, monitorada pelo capital dos Estados Unidos. Foi, então, eleito o perverso objetivo de transformar em dependentes e periféricos, economicamente, os países que se aliaram para promover seu progresso. Um dos fatores que promoveu a dependência econômica pela veiculação ideológica, foi a modernização e racionalização do aparelho educacional dos países latino-americanos periféricos. No Brasil, o imperialismo americano da área educacional se materializa pela ajuda buscada e oferecida, mediante acordos com a USAID<sup>5</sup>, no período pós-64.

O segundo iluminador dos políticos foi Darcy Ribeiro<sup>6</sup>, que nos dias atuais tem a discordância pela maioria dos educadores

---

<sup>5</sup> Um estudo aprofundado sobre o acordo firmado entre Ministério da Educação e USAID é realizado por ARAPIRACA, 1982.

<sup>6</sup> Primeiro reitor da Universidade de Brasília, o que lhe valeu a homenagem de o campus da UnB ser denominado Campus Universitário Darcy Ribeiro.

brasileiros devido aos encaminhamentos dados por ele à LDB 9294/96. Naquela ocasião, em 1961, Darcy demonstrou sua tenacidade de "velha e sábia serpente"<sup>7</sup>, projetando a Universidade de Brasília. Esta universidade que nasceu na nova capital do Brasil, como uma universidade nova, planejada para promover a renovação do ensino superior brasileiro.

O planejamento da Universidade de Brasília foi orientado pelos pressupostos do planejamento racional modernizado e integrativo. Darcy Ribeiro, criador da UnB, atribuiu à equipe de cientistas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. RIBEIRO (1986) agradece à equipe da SBPC declinando vários nomes, entre outros, Leite Lopes, Tiomno, Herón, Nachbim, Haitj, Cordeiro, Moojen, Danon, Gottlieb, Carolona Bori, José Reis e afirmando que sem essa presença nas muitíssimas reuniões e encontros "*não haveria nossa universidade, tal qual ela foi, tal qual ela é e há de ser*" (p. 4).

É preciso lembrar, fazendo justiça aos cientistas da SBPC, que eram eles, em sua grande maioria, que formavam a vanguarda intelectual para discutir a crise do sistema universitário, no movimento pré-64, que também congregou os estudantes e parte da sociedade civil e que pretendia romper com a ordem educacional em vigor. Para FERNANDES (1979), o movimento consistiu no prenúncio de uma revolução educacional (p. 70). Essa revolução foi engendrada pelas próprias circunstâncias histórico-sociais brasileiras, determinadas pela política desenvolvimentista, mediante a qual foram alteradas as relações na escola elementar e média, provocando o inchaço desta última, com aumento da demanda para o ensino superior. A esperada revolução no ensino superior era movida, também, pela necessidade de superar a nefasta tradição da organização do sistema superior no Brasil, que nunca foi universitário.

A Universidade foi envolvida pela crise. De início, o conflito se atinha à necessidade de ajustá-la às reivindicações dos grupos sociais emergentes, até esta ocasião, que eram ignorados pelo ensino superior. Contudo, a crise recrudescer e o conflito incorpora

---

<sup>7</sup> Cf. uma entrevista concedida a CARVALHO, 1966, um ano antes de seu falecimento ocorrido em fev. 97.

controvérsias que vinculavam a universidade a um movimento mais expressivo - o movimento das reformas de base.

Esse movimento se explicitou com nitidez, durante o Governo João Goulart (1961-64) e constituiu uma aliança policlassista contra a burguesia industrial e visava a manter uma plataforma de reformas globais da sociedade brasileira, numa transição imediata para outro regime de governo - o socialismo. O conjunto de reformas de base consistia principalmente da reforma eleitoral, agrária, urbana tributária, cambial, administrativa e universitária.

Antes da imposição do regime militar, as discussões acumuladas sobre a reforma universitária nos meios acadêmicos e as diretrizes contidas nas Cartas da Bahia (1961) e do Paraná (1962)<sup>8</sup>, sustentavam reivindicações pautadas na defesa do ensino superior público e gratuito e da autonomia acadêmico-financeira da universidade e exigência de mudanças estruturais, como imperativo de modernização do sistema universitário. Tais mudanças incluíam: criação de institutos, extinção da cátedra vitalícia, organização do regime departamental e do trabalho docente e discente em tempo integral, matrícula por disciplina em substituição ao regime seriado.

A propósito, o modelo originário da UnB foi fortemente marcado pela inclusão dessas reivindicações desse movimento pré-64 de revolução do sistema universitário do país. É preciso registrar que a estrutura organizacional da UnB reproduzia parte do projeto de Anísio Teixeira<sup>9</sup> da universidade do antigo Distrito Federal - UDF, criada em 1935 e incorporada à Universidade do Brasil em 1937, quando o governo autoritário do Estado Novo, de Getúlio Vargas, retirou Anísio Teixeira do cenário educacional brasileiro, por ser comunista.

O modelo da UnB foi balizado pela típica organização das universidades norte-americanas composta por departamentos reunidos em Institutos e Faculdades. Sob a ótica da técnica da profissionalização, o projeto da UnB estava impregnado pelo **modus**

---

<sup>8</sup> Essas cartas são fruto dos Seminários Nacionais da Reforma Universitária realizados pela União Nacional dos Estudantes - UNE.

<sup>9</sup> Anísio Teixeira viria a ser o segundo reitor da UnB, em 1963, substituindo Darcy Ribeiro, que fora indicado para o Ministério da Educação.

**faciendi** americano, muito a gosto dos gestores da reforma universitária que se efetivaria pela Lei 5.540/68.

A estrutura física e a organização das áreas de saber da UnB mereceu pelos menos quatro críticas de Florestam Fernandes, citadas por MENEZES (1989, p. 50). São elas: o tratamento dispar dado ao planejamento das ciências humanas e as de laboratório; a separação entre Filosofia e ciência; a sufocação do campo de trabalho da história e a estruturação relativamente obsoleta do Departamento de Sociologia.

Compartilho essas críticas de FERNANDES. A meu ver a criação da Universidade de Brasília é reveladora de aspectos contraditórios:

- uma incoerência do legislativo que aprovou no dia 15.12.61 a Fundação Universidade de Brasília, cuja concepção se contrapunha à da universidade brasileira tradicional e dia 20 do mesmo e ano homologou a LDB reforçadora do modelo tradicional, concebido pelo conglomerado de faculdades que se aglutinavam artificialmente para formarem uma Universidade.

- negação da situação histórico-social brasileira pela ênfase na formação científico-tecnológica, com novas orientações técnico-profissionais para o incremento da produção e expansão de serviços, a fim de responder às exigências pragmáticas do desenvolvimento sócio-econômico;

- implantação de um centro de saber, de ensino, de pesquisa, de tecnologia avançada, de divulgação científica, técnica e cultural, em local sem tradição nem condições culturais e técnicas para tanto;

No que se refere ao tratamento diferenciado dado às ciências de laboratório e às ciências sociais, cito que não se criou um instituto central próprio para a Filosofia<sup>10</sup>, como fora feito para as demais áreas:

---

<sup>10</sup> Por ocasião da solenidade de posse de Cristovan Buarque, primeiro reitor eleito depois do governo militar, Darcy Ribeiro reconstituiu a história do Projeto de UnB e pareceu justificar a desvalorização da Filosofia para dar realce à Teologia. RIBEIRO (1986) relata que as pressões da Igreja sobre Juscelino Kubitschek convenceram-no de que cabia melhor à nova capital uma universidade católica jesuítica. A situação se reverteu após um acordo com o papa João XXIII, mediado por Frei Mateus Rocha, para instalar o Instituto de Teologia Católica na UnB. A ditadura militar se encarregou de destruir o mencionado instituto.

Matemática, Química, Biologia, Geo-ciências, Letras e Artes. Há uma nítida separação entre filosofia e ciência. No Instituto de Ciências Humanas, há um conglomerado de disciplinas díspares, vinculadas aos departamentos de Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, Ciência Política, História, Filosofia e Demografia. Em seu conjunto, esta organização escamoteia a especificidade de cada campo do saber ou segrega os pesquisadores em seu reduto epistemológico, no limite de sua especialidade.

Na estrutura da UnB organizada administrativa e academicamente em um conjunto de Instituto Centrais e de Faculdades, teve lugar a da Educação, de cujo projeto original apontarei alguns aspectos no item dois desse artigo.

Antes, porém, é significativo sintetizar a concepção de RIBEIRO (1961) sobre os Institutos Centrais e as Faculdades da UnB. Aqueles eram responsáveis pelo ciclo básico de estudos gerais (estudos introdutórios), pela formação complementar de pesquisadores e pelo ensino pós-graduado. Essas, por sua vez, eram as unidades de ensino profissionalizante (especializado) em nível de graduação e pós-graduação, quais sejam: as Faculdades de Ciências Políticas e Sociais, de Educação, de Ciências Médicas, de Ciências Agrárias, de Tecnologia, de Arquitetura e Urbanismo.

O criador da UnB ressaltava a vantagem do sistema duplo e integrado de Institutos e Faculdades, expressando o desejo de:

“... estabelecer mais nítida distinção entre atividades de preparação científica e as de treinamento profissional, libertando as Faculdades da tarefa de formar pesquisadores, que às vezes intempestivamente se atribuem, permitindo, assim, que euidem melhor de seu campo específico de ensino e de pesquisa aplicada.” (RIBEIRO, 1962, p. 12).

É visível a intenção de Darcy Ribeiro condenar a FE a limitar-se ao ensino e ao treinamento profissional, tarefa desempenhada em sua forma mais pura para responder aos apelos do modelo desenvolvimentista, em consonância com o pensamento e interesses das elites dirigentes do país. A revelação dessa face tecnicista de Darcy parece trair suas decantadas convicções que se antagonizavam com as das classes dominantes em defesa da formação integral do homem

brasileiro comum, o homem do povo que “*cresce na fome e na ignorância*” (1986, p. 13).

No meu entendimento, essa vocação imposta à FE influiu negativamente no desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da teoria educacional e pedagógica, o que veio interceptar, ainda mais, a busca do estatuto epistemológico da Pedagogia como ciência da educação, o que já vinha ocorrendo desde a introdução, em 1939, do padrão federal e profissionalizante de formação de professores na universidade brasileira.

### **Os primeiros momentos da Faculdade de Educação: projeto real?**

Com a mesma intensidade do movimento pré-64, antes mencionado, o qual se organizara para debater a crise da universidade, emergiu no Conselho Federal de Educação - CFE um movimento, coordenado pelo conselheiro Newton Sucupira, para a reestruturação do modelo “falido” de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, responsável, desde 1939, pela formação de professores na universidade. O clima de reestruturação atingiu, sobretudo, essa faculdade, mas o fulcro central da reestruturação foi, sem dúvida, os novos Institutos e Faculdades e o desdobramento da antiga Faculdade de Filosofia em Institutos de “Conteúdos Específicos” e na Faculdade de Educação, por força da Lei 5540/68 da Reforma Universitária.

O Projeto de UnB, com muita antecedência, já previra esta substituição, o que justifica a afirmação feita neste trabalho que ele estava impregnado pelo *modus faciendi* americano, muito a gosto dos gestores da reforma universitária que se efetivaria pela Lei 5.540/68.

É relevante registrar que as críticas às Faculdades de Filosofia foram detonadas por vários autores envolvidos no movimento que estabeleceu diretrizes para a criação da Faculdade de Educação. Pelo que minha pesquisa sobre a FE conseguiu alcançar, figuram, entre outros, FLORESTAN FERNANDES (1962, 1966), CHAGAS (1967), TEIXEIRA (1966, 1969), TRIGUEIRO MENDES (1968), GÓIS SOBRINHO (1968, 1969), SUCUPIRA (1969), CAMPOS (1970). Entre esses autores não existia à época convergência ideológica,

principalmente no que se refere ao **modus operandi** político<sup>11</sup>, porém suas críticas eram unânimes quanto ao destino da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da formação pedagógica sob responsabilidade do curso de Pedagogia. Não eram poucos os fatores concorrentes para o empobrecimento funcional e institucional das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Podem ser citados: o divórcio entre as finalidades proclamadas para os cursos e as alcançadas; o divórcio entre quantidade e qualidade de conteúdos; o divórcio entre o objetivo de desenvolver a cultura "desinteressada" e o de promover a formação profissionalizante; a distância entre o programado e o executado em relação aos recursos financeiros e, mais, o não cumprimento das promessas do poder público em relação à qualificação de professores, à instalação de bibliotecas e laboratórios e à destinação de vagas para estudantes nas faculdades públicas.

Nesse sentido, o percurso da Faculdade de Filosofia demonstrava que as condições de sua instalação e desenvolvimento impediram o cumprimento desejável das finalidades de formação cultural e científica, do desenvolvimento de pesquisas e da preparação pedagógica dos professores da escola secundária. De um lado, faltava-lhe arcabouço teórico para desenvolver altos estudos e pesquisa. De outro, o afastamento dessa instituição dos reais problemas da escola primária e média acabou por restringir o seu caráter profissionalizante em um simplificado treinamento de habilidades realizado na disciplina Didática e Prática de Ensino.

Na visão de VILLALOBOS (1969), a principal causa do desmantelamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras residia na convicção de seus reformadores de que essa faculdade poderia representar um perigo constante, porque ela era considerada, entre os mais conservadores, subversiva e perturbadora da tranquilidade universitária.

Anísio Teixeira alinhava-se às críticas, sobre a Faculdade de Filosofia, porém ele apontava aspectos positivos dessa instituição para a cultura brasileira. TEIXEIRA (1969) argumenta:

---

<sup>11</sup> Entre os autores críticos, Florestan Fernandes não se alinhava ideologicamente com os autores conselheiros de CFE dos anos 60: CHAGAS, SUCUPIRA, GÓIS SOBRINHO, MENDES.

"... apesar das deficiências e deturpações, longe de constituir um fracasso total, como querem alguns, (a Faculdade de Filosofia) representa um momento significativo na evolução do ensino superior brasileiro e de nossa cultura, por haver proporcionado formação especializada, dentro de suas possibilidades, para o exercício sistemático de atividades culturais e científicas que, anteriormente, eram fruto de manifestações esporádicas e isoladas. As melhores de nossas faculdades já estão formando trabalhadores intelectuais para muitas profissões técnicas surgidas com o processo baseado na ciência e tecnologia. Profissões especializadas que não poderiam encontrar formação adequada nas escolas tradicionais." (p. 270)

Nesta perspectiva, é justo enfatizar que o primeiro projeto de Faculdade de Educação da UnB, datado de 1962 e nunca implantado foi a primeira iniciativa dessa natureza em todo o país e que ocuparia o lugar do antigo projeto da Faculdade de Educação de Anísio Teixeira, dos anos 30. Sob a inspiração desse educador, a formação de professores na UnB deveria ser valorizada, uma vez que todo professor, inclusive o das séries iniciais de escolarização deveria ter sua formação realizada na Escola Normal Superior como uma unidade da Faculdade de Educação, portanto em nível universitário.

Fato curioso é que esta escola é recuperada por Darcy Ribeiro na LDB 9394/96, em seu artigo 63, com o nome de Instituto Superior de Educação. No entanto, o legislador evidenciou total falta de lucidez, ferindo fundamentalmente a concepção da Anísio Teixeira ao retirar esse instituto da estrutura universitária, coibindo-o da ambiência acadêmica, integrada pelo ensino, pesquisa e extensão, rebaixando-o ao nível pós-normal, intermediário entre a Escola Básica e o Ensino Superior.

Além da proposta de Escola Normal Superior, a FE da UnB, em seu primeiro projeto, era composta por sete Departamentos, que passaram a funcionar em 1966, com o patulhamento do governo militar. São eles: História e Filosofia da Educação e Educação Comparada; Currículo e Supervisão Educacional; Sociologia Educacional e Administração Escolar; Didática; Estatística Aplicada à Educação; Orientação Educacional e Profissional e Psicobiologia da Educação. Dois anos depois a Universidade Federal do Rio de Janeiro aprovou a estrutura de sua Faculdade de Educação semelhantemente à FE da UnB com sete Departamentos. São eles: Fundamentos Sociais e

Filosóficos; Biologia Educacional, Higiene Escolar e Educação de Saúde; Psicologia e Orientação Educativa; Didática; Administração Escolar; Estatística Educacional, Avaliação e Metodologia da Pesquisa e Educação Especial.

Os idealizadores da Faculdade de Educação da UnB faziam uma defesa acirrada de departamento, como a unidade acadêmica que se contrapunha à cátedra. O departamento para TEIXEIRA (apud Ribeiro, 1962) deveria instigar o espírito de equipe, promovendo a unidade na diversidade, fazendo frente à “atual organização ganglionar, senão pulverizada” (p.60), instalada pela cátedra.

A meu ver, a função proposta por TEIXEIRA para o departamento não foi efetivada e os sete departamentos provocaram um excessivo isolamento físico em unidades departamentalizadas e estanques, constituindo-se em verdadeiros guetos indicadores da sectarização do conhecimento, com reflexo imediato na esfacelamento da estrutura curricular do curso de Pedagogia, o que veio ocorrer objetivamente nos anos 70.

Um dos principais objetivos da dinâmica curricular, constante do projeto original, era a possibilidade de demonstração e de experimentação, visando a treinar o professor, preparando-o para executar o ensino. Para tanto, na macroestrutura física da FE, foram planejados dois órgãos complementares denominados Centros de Ensino: o de ensino primário e o de ensino médio integrado. De acordo com MENEZES (1989) esse último - CIEM - foi criado em 1964. A autora não faz referência à criação do Centro de Ensino Primário, contudo aponta a existência de mais dois projetos audaciosos que complementariam a citada macroestrutura da FE, um, em convênio com a UNESCO e o outro, de criação na FE do Instituto Superior de Administração e Planejamento, visando a oferecer pós-graduação, especialmente, para administradores estaduais da educação e aos técnicos do MEC (p.55-57).

O convênio<sup>12</sup> com a UNESCO foi assinado pelo reitor Anísio Teixeira, em fevereiro de 1964 e tinha por finalidade incrementar os laboratórios de experimentação e demonstração, criar condições para a

---

<sup>12</sup> Os detalhes do convênio podem ser vistos no “Plano de Operação para o Projeto de Formação de Magistério da Faculdade de Educação da UnB”, 1964.

produção de materiais didáticos e utilização dos meios de comunicação, televisão e rádio, a fim de dar suporte à formação do professor de crianças pequenas. Este conjunto de inovações, consoante MENEZES (1989), seria executado no Centro de Estudos de Planejamento Educacional da FE em intercâmbio com o Instituto de Estudos Pedagógicos - INEP. O convênio em pauta nunca foi colocado em prática. No entanto, seu objeto viria confirmar o desejo de transformar em realidade a utopia de Anísio Teixeira na UDF, de 1935. Era e continuava sendo seu propósito preparar o professor “primário”, no curso de Pedagogia da Escola Normal Superior, o que para ele consistia, na identidade desse curso.

Por ironia do destino, mais uma vez, com o golpe militar de 1964 (31.03) e com o Ato Institucional de 09.04.64, Anísio Teixeira foi retirado do cenário educacional, sendo destituído do cargo de reitor. Nesse mesmo dia a UnB foi militarmente ocupada, o campus foi cercado em uma verdadeira operação bélica, sofrendo um violento ataque com o objetivo de banir a massa crítica que já fazia parte da universidade. Como desdobramento dos atos arbitrários e truculentos dos militares e do uso de informações advindas da sórdida “deduração” de alguns contra os intelectuais progressistas, que comungavam idéias socialistas, onze professores deveriam ser presos. Desses, nove foram encontrados e detidos. Logo em seguida, o reitor interventor da UnB, Laerte Ramos de Carvalho, professor da USP, demitiu quinze professores. Em um gesto de solidariedade, duzentos e dez professores da UnB pediram demissão coletiva. A documentação de todos os demitidos foi totalmente destruída. Permaneceram, nos quadros da UnB, 22 professores.

Nada restou do projeto utópico da Faculdade de Educação da UnB, que em síntese, atribuía a essa as seguintes finalidades:

- formar professores para a escola elementar e normal em 3 anos após os cursos introdutórios;
- formar especialistas em administração, currículos e programas, estatística educacional e em testes e medidas educacionais;
- oferecer disciplinas pedagógicas aos bacharéis que desejassem cursar a licenciatura para atuar no ensino médio.
- oferecer a pós-graduação em Educação.

Nos dias atuais, após um prolongado processo de reconstrução da democracia brasileira pela sociedade civil, constantemente golpeada pela tendência neoliberal da sociedade política, a Faculdade de Educação da UnB, ainda busca seu caminho, quer seja inserindo-se no projeto real, quer seja enveredando-se pelo projeto utópico, mas sempre, em defesa da liberdade e da soberania do homem.

### Referências bibliográficas

- ARAPIRACA, J. O. *A USAID e a educação brasileira*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.
- BRZEZINSKI, I. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores. Busca e movimento*. Campinas: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. (org). *LDB interpretada; diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997.
- BOUTINET, J. P. *Anthropologie du projet*. Paris: Puf, 1990.
- CAMPOS, Paulo de Almeida. Faculdade de Educação na atual estrutura. Universidade Brasileira. *REBEP*, Brasília, MEC/INEP, a. 53, n. 118, p. 323-352, abr./jun. 1970.
- CARVALHO, A. D. de. *Utopia e educação*. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.
- CARVALHO, A. M. Velha e sábia serpente. *Presença pedagógica*, Belo Horizonte: Dimensão, v. 2, n. 8, p. 5-13, mar./abr. 1996.
- CHAGAS, V. A luta pela universidade no Brasil. *REBEP*, Rio de Janeiro, MEC-INEP, a. 48, n. 107, p. 44-59, jul./set. 1967.
- CUNHA, L. A. *A universidade crítica; o ensino superior da República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- FERNANDES, F. Formação de profissionais especialistas nas faculdades de filosofia. *REBEP*, Rio de Janeiro, MEC-INEP, a. 37, n. 85, p. 227-233, jan./mar. 1962.
- \_\_\_\_\_. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/USP, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- FONSECA, D. M. da. *A idéia da Universidade de Brasília: uma análise do discurso*. Brasília, 1997. mimeo.

- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. 2º ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GÓIS SOBRINHO, J. F. Sentido e objeto das faculdades de educação. *REBEP*, Rio de Janeiro, MEC-INEP, a.51, n. 114, p.227-98, abr./jun. 1969.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- MENDES, D. T. A universidade e sua utopia. *REBEP*, Rio de Janeiro, MEC-INEP, a. 50, n. 112, p.223-231, out./dez. 1968.
- MENEZES, T. M. C. C. *A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília: história de um isolamento*. Brasília, UnB, 1989. Dissertação de mestrado.
- PAIVA, V. e RATTNER, H. *Educação permanente e capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985
- PINTO, Á. V. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. v. I.
- RIBEIRO, D. Universidade de Brasília. *Revista de pedagogia*, São Paulo, USP, a. 7, n. 13, p. 51-66, jan./jun. 1961.
- \_\_\_\_\_. *Universidade para quê?* Brasília: Ed. UnB, 1986.
- \_\_\_\_\_. et al. *Universidade de Brasília*. Brasília: MEC, 1962.
- RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira; a organização escolar*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- SAML, C. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SUCUPIRA, N. Da faculdade de filosofia à faculdade de educação. *REBEP*. Rio de Janeiro, MEC-INEP, a.51, n. 114, p. 261-276, abr./jun. 1969.
- TEIXEIRA, A. O problema da formação do magistério. *REBEP*, Rio de Janeiro, MEC-INEP, a. 46, n. 104, p. 278-287, out./dez., 1966.
- \_\_\_\_\_. *Educação no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.
- \_\_\_\_\_. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *REBEP*, Rio de Janeiro, MEC-INEP, a. 50, n. 111, p. 22-61, jul./set. 1969.
- \_\_\_\_\_. Escolas de Educação. *REBEP*, Rio de Janeiro, MEC-INEP, a. 51, n.114, p. 239-259, abr./jun. 1969.
- UnB. *Plano orientador da Universidade de Brasília*. Brasília: Editora UnB, 1962.

\_\_\_\_\_. FE. *Plano de Operação para o Projeto de Formação de Magistério da Faculdade de Educação da UnB. Termo de convênio com a UNESCO/FISI/UnB.* Brasília, 24 fev. 1964. mimeo.

VILLALOBOS, J. E. R. *Diretrizes e bases da educação; ensino e liberdade.* São Paulo: Pioneira, 1969.

#### RESUMO

Este artigo reconstrói os primeiros momentos da história da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, situando o projeto original da instituição no contexto das dramáticas mudanças ocorridas no país entre 1960 e 1964. A autora denomina tal projeto de “utópico” em função dos inúmeros desvirtuamentos que ele sofreu a partir do Golpe Militar de 64. Após identificar as finalidades originais da FE-UnB perdidas ao longo do regime autoritário, o artigo conclui ressaltando a importância dessa memória em face da redemocratização da vida nacional.

#### ABSTRACT

This paper reconstructs the first moments of the Faculty of Education of the University of Brasília (FE-UnB) in the context of the dramatic changes suffered by Brazil between 1960 and 1964. That Project is considered “utopic”, given the uncountless changes it suffered after the Military Blow of 64. The paper also identifies the original aims of the FE-UnB, lost throughout the authoritarian Period and underlines the importance of this memory in terms of the redemocratization of the National life.

